

Projeto do PDS

limita prática

da obstrução

Sauado

A liderança do PDS, através do vice-líder José Lins(CE), apresentou, ontem, Projeto de Resolução propondo modificações no Regimento Interno do Senado, a fim de limitar a prática da obstrução, causa maior do grande desprestígio e inatividade apresentada pela Casa no ano passado. O projeto reproduz algumas sugestões feitas anteriormente pelo presidente Jarbas Passarinho, no sentido de adotar alguns princípios já estabelecidos pelo Regimento Comum (usado nas sessões conjuntas) e pelo Regimento Interno da Câmara dos senhores deputados.

A principal modificação diz respeito à discussão de qualquer proposição no plenário, limitando o uso da palavra, em certos casos, a um orador por partido, além do relator da matéria. Atualmente, encaminha a discussão ou a votação quem quiser, o que possibilita a todos os 29 senadores da oposição falarem 30 minutos cada, para encaminhar a votação. Isto significa que, através da obstrução, um projeto pode levar várias horas para ser aprovado, independente de quantos senadores existam na bancada do governo.

Este fato levou, no ano passado, a realização de

sessões que varavam a madrugada para aprovar um só projeto. Acontece que a maioria dos senadores do Governo, devido à idade avançada, não agüenta um processo desses todas as semanas. É isto que o projeto pretende modificar, através de vários detalhes do complicado processo regimental.

REDUÇÕES

Por exemplo, o projeto retira, do inciso III do artigo 16 do Regimento Interno, a expressão "em cada discussão". Ou seja, cada senador poderá falar pelo prazo de 20 minutos (atualmente são 30 minutos) uma só vez, e não uma só vez em cada discussão, o que significa que se um senador discutir o projeto hoje, não poderá fazê-lo, na sessão de amanhã, caso a matéria seja adiada.

Além de reduzir os prazos que os senadores têm para falar, também, durante o encaminhamento de votação, o projeto retira a possibilidade de formular declaração de voto oralmente — outro recurso obstruidor — pelo prazo de 15 minutos, depois de proclamado o resultado da votação. O projeto também aumenta o elenco das hipóteses em que não se permitem apartes.